



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681104 - SP (2021/0224817-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
MARCOS ANTONIO CHAVES DE CASTRO - MG061540
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILLIAM SANTOS DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : RAFAEL DIAS DE SOUSA
CORRÉU : REGINALDO DE ALMEIDA BARBOSA
CORRÉU : ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS
CORRÉU : THAIS PACHECO DOS SANTOS
CORRÉU : WAGNER DE SOUZA ROCHA
CORRÉU : MURILO RIBEIRO MEDEIROS
CORRÉU : RODRIGO HENRIQUE BEZERRA
CORRÉU : EMERSON ALVES CAVALCANTE
CORRÉU : DOUGLAS DE JESUS RODRIGUES
CORRÉU : LUCAS HENRIQUE CABRAL ROSA
CORRÉU : JOÃO GABRIEL ARAÚJO COSTA
CORRÉU : ANDRÉ FELIPE RIBEIRO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por WILLIAM SANTOS DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 0015610-41.2013.8.26.0361).

A impetrante informa que o paciente propôs ação de *habeas corpus* de próprio punho, com pedido liminar, perante o Supremo Tribunal Federal, no qual alega suportar constrangimento ilegal derivado de condenação pela prática do crime de tráfico de drogas sem o devido amparo fático-probatório.

Dessa forma, requer a autuação do presente *writ*, a concessão da medida liminar postulada pelo paciente e, após processado, a concessão da ordem de *habeas corpus* postulada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

Em primeiro lugar, observa-se que não foi carreada aos autos a petição de *habeas corpus* elaborada de próprio punho pelo paciente, como noticiado pela Defensoria Pública da União às fls. 3-6.

Ademais, a verificação da negativa de autoria demanda reexame de fatos e provas, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*. A questão deve ser dirimida no âmbito da instrução criminal. Confira-se precedente sobre a matéria:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGA, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO.

EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. TEMA NÃO ALISADO PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DA CONDUTA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA. REVOLVIMENTO DE PROVAS. VIA INADEQUADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

4. A tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do *habeas corpus*.

5. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC n. 580.801/BA, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 21/9/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente